



“AS ELEIÇÕES EM 2016: CANDIDATURAS AO CARGO MAJORITÁRIO E PROPORCIONAL, PARTIDOS, CAMPANHA ELEITORAL E RESULTADOS ELEITORAIS”

Samuel Martins de Lima (autor)¹ - Unifesspa

Marilza Sales Costa(co-autora)² - Unifesspa

Agência Financiadora: FAPESPA

Eixo Temático/Área de Conhecimento: Ciências Humanas/Ciência Política

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta as atividades desenvolvidas no plano de trabalho “As eleições em 2016: Candidaturas ao cargo majoritário e proporcional, Partidos, campanha eleitoral e resultados eleitorais”. Procurando avaliar o processo competitivo nas eleições de 2016 no Estado do Pará com ênfase na região do Sul e Sudeste do Pará, analisando as coligações e associações realizadas pelos partidos e candidatos(as) aos cargos majoritário e proporcional referendados, pela convenção partidária no período estabelecido pela justiça eleitoral. A base teórica será respaldada em algumas teorias de autores clássicos e contemporâneos da Ciência Política, Sociologia Política e Ciências Sociais, tais como: Weffort (1984), Baracho (1979), Capella (1986), Ferreira (2005) e outros.

Será apresentado o sistema partidário e eleitoral no Brasil, referendado nos autores Nicolau (1997) e Motta Sá (1999). O primeiro discorre sobre o sistema eleitoral, a sua influência para a fragmentação partidária no Brasil, e as suas configurações nos Estados federados; o segundo faz uma abordagem histórica dos partidos políticos brasileiros introduzindo o surgimento dos mesmos no cenário mundial. As análises teóricas sobre a história e a formação política brasileira têm reflexo direto na realidade Política do Município de Marabá vistos no processo competitivo das eleições de 2016, aprofundando assim o conhecimento na área e aperfeiçoando habilidades e competências do discente.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Inicialmente levantamento bibliográfico e documental com o propósito de estudar os princípios sobre: política, sistema político partidário, partidos políticos (coligações e associações), campanha eleitoral (Marketing político, estratégias de ação política) através da teoria clássica e contemporânea. Posteriormente, analisar, através de vídeo e entrevistas realizadas no período, os comícios, as carreatas e as caminhadas que ocorreram durante o período de campanha dos candidatos(as) em Marabá, a fim de coletar todos os dados possíveis.

Foram realizadas também pesquisas no site do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e TRE (Tribunal Regional Eleitoral) visando, normas gerais para as eleições de 2016. Os dados coletados sobre as ELEIÇÕES 2016 pela internet serviram para a formulação de gráficos e tabelas (quadro quantitativo) usados a fim de reafirmar e assegurar os dados coletados em campo e as ideias produzidas no projeto e fundamentadas nos teóricos das ciências Políticas. Na passagem seguinte, serão intensificadas as pesquisas de campo com entrevistas aos candidatos(as), já eleitos e não eleitos á deputado estadual de Marabá, com o propósito de elaborar um quadro qualitativo sobre os partidos e candidatos(as) da região, assim utilizando os dados coletados da melhor maneira para responder aos nossos objetivos e questões.

¹Graduando do Curso de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais (FACSAT/ICH/Unifesspa). Bolsista do Programa de Pesquisa “Coligações e Associações Partidárias na Competição Eleitoral: Trajetória e Seleção de Candidaturas (Marabá 2010-2014)”. E-mail: samuelmartinsdelima@gmail.com

²Doutora em Ciências Sociais: O Homicídio na Mesorregião do Sudeste Paraense: período em análise 1980 a 2010 pela UNICAMP-SP - Professora Adjunta da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (FACSAT/ICH/Unifesspa). E-mail: costa_marilza@yahoo.com.br.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em primeiro lugar é necessário uma breve discussão teórica sobre Partidos e Eleições, nesse caso, Weffort (1984, p. 8), apresenta uma série de teóricos que acompanharam a formação do Estado moderno, dos quais, as suas ideias influenciaram as lutas históricas das sociedades do seu tempo: Maquiavel (séc. XVI), os ingleses Hobbes e Locke (séc. XVII), os franceses Montesquieu, Rousseau e os americanos, Madison, Hamilton e Jay (séc. XVIII). Segundo o autor, “o pensamento político acompanha a construção de uma ordem política da qual o Estado-Nação haveria de ser a realização mais completa”.

Em Hobbes (séc. XVII), temos “o estado de natureza e o contrato social”, em que os homens, no estado de natureza, atacariam os outros homens, sendo necessário um contrato social, em que os homens concordariam em confiar sua segurança ao Estado. O “soberano” (Hobbes (séc. XVII) defende a monarquia) governaria pelo medo infringido aos seus súditos. (Ibid., p.45,58). Já Locke (séc. XVII), afirma que “O Contrato” surgiu da necessidade da segurança e da preservação da propriedade. (Ibid., p. 60). Assim como Montesquieu, concordando com os demais contratualistas, diz que o pacto deve ser de tal modo que dê garantia contra o risco de anarquia e despotismo. (Ibid., p. 91). Ainda entre os contratualistas Rousseau (XVIII) encontra lugar de destaque, ao “propôr o exercício da soberania pelo povo”. (Ibid., P. 149).

Weffort (1984) discute sobre os principais teóricos do final do século XVIII e século XIX. Cita Kant (1724 - 1804) na visão do “Estado como um instrumento (necessário) da liberdade de sujeitos individuais”. Enfatiza a contribuição de Stuart Mill (1806-1873) e Toqueville (1805-1859) ao pensamento liberal, contudo, o surgimento dos partidos na Europa Ocidental no século XVII, para Motta Sá (1999, p. 11), apareceu com “(...) o antiabsolutismo e ideias políticas liberais. Porém, foi com Montesquieu (2002) que ocorreu a teoria da divisão dos poderes: legislativo, executivo e judiciário”. O primeiro teria a função de garantir os direitos do povo e controlar o executivo. Neste sistema, os deputados que antes concorriam sozinho às vagas no parlamento começaram a se unir e fazer alianças com objetivos semelhantes e assim foram surgindo os partidos que passam a ser definidos por um grupo de pessoas que almejam o poder através de ideias e propostas específicas atraindo pessoas para a luta ideológica do conjunto partidário.

No que diz respeito ao surgimento dos partidos políticos, Baracho (1979), destaca que na primeira metade do Século XIX, a imagem que se tinha dos partidos eram relacionadas às ideologias da época, porém após 1940, a ideia é que os partidos estavam vinculados às lutas de classes políticas. O foco era na estrutura e na estratégia, desconsiderando a organização interna. Ainda segundo ele, Duverger (1980) descreve dois tipos de partidos: os de Quadro são “conservadores, liberais e radicais” formados por grupos elitistas e os de Massa “socialistas, comunistas e fascistas” típicos de governos subdesenvolvidos voltados para as classes menos favorecidas. Conceituando partido político, considerou um elemento natural em qualquer regime político, seja ele autoritário ou democrático e em qualquer nível de desenvolvimento em que esteja o Estado. Definido como grupo de pessoas que se opõem a outros grupos, tendo em vista a diversidade de opiniões e interesses. Com uma elevação acima de grupo, pois o partido é uma organização durável; completa; impõe-se pela vontade de exercer o poder; e permanece pela vontade de procurar apoio popular, sejam militantes ou eleitores à sua ideologia, e propor programas políticos, com o intuito de “participar na orientação política do Estado”. (p. 7 e 8). Em relação à formação e desenvolvimento dos partidos, afirma que se desenvolveram fora da Constituição, como fruto dos costumes, da tradição e da experiência da nação.

Referente aos partidos políticos no Brasil, Ferreira (2005) comenta que até 1831, não havia partido político, depois “os primeiros partidos: 1) Restaurador, 2) Republicano e 3) Liberal. O primeiro queria a volta de D. Pedro I; o segundo, pela abolição da monarquia; o terceiro, pela reforma da Constituição de 1824”, mas preservando a monarquia. Os Liberais se dividiam entre moderados e exaltados. E em 1837 surge o Partido Conservador, que queria a unidade do Império, se opunha ao Liberal. Nesse tempo ainda não havia registros de partidos.

Na descrição do sistema eleitoral, Nicolau (1997, p. 10) afirma: “O sistema eleitoral é o conjunto de regras que define como em uma determinada eleição o eleitor pode fazer suas escolhas e como os votos são contabilizados para serem transformados em mandatos (cadeiras no Legislativo ou chefia do Executivo). No decorrer do seu livro, ele descreve os sistemas eleitorais, majoritário e proporcional e suas subdivisões: o sistema majoritário se caracteriza por eleger os candidatos mais votados em uma eleição. Se divide em, 1) “maioria simples”, (como é o caso da eleição de Prefeito em cidades com menos de duzentos mil eleitores); 2) “maioria absoluta” ou “dois turnos”, (no Brasil 50% +1, há variações em outros países. Como no caso de eleição de Presidente da República, Governador e Prefeito de cidades com mais de duzentos mil eleitores); e 3) voto alternativo, em que para garantir a “maioria absoluta”, transfere-se os votos dos menos votados para os mais votados. Já o proporcional, que tem como propósito assegurar a diversidade de opiniões de uma sociedade, se divide em: 1) “voto único transferível”, (em que se estabelece uma quota para candidatos e outra

para partidos, sendo atingidas essas quotas, os votos são transferidos de maneira proporcional segundo o número de votos que cada um recebeu; 2) “sistema de lista”, (onde cada partido ou coligação apresenta uma lista de candidatos (lista aberta) ou legendas (lista fechada) e as cadeiras são distribuídas de acordo com a votação obtida); Há também o sistema misto que usa em uma mesma eleição, os sistemas majoritário e proporcional.

Se tratando do Pará, uma pesquisa feita e relatada por Lopes (2012), leva em consideração o processo eleitoral paraense através da disputa política para prefeito e vereadores das eleições de 2012 na cidade de Belém, cujo enfoque é entender o comportamento eleitoral tanto dos cidadãos belenenses quanto dos candidatos. A pesquisa buscou quais os critérios principais foram utilizados pela população na escolha do candidato agregando os fenômenos eleitorais que se desenvolvem neste processo como o contexto social, classes sociais, ideologia dos candidatos, propaganda eleitoral, experiência e outros. Para fundamentar sua obra Lopes levantou alguns teóricos da ciência política. Entre eles, Singer (2000) caracteriza o comportamento eleitoral segundo os interesses de classe, ou seja, opta por um candidato de direita, o cidadão que não está preocupado com as transformações sociais destinadas às pessoas com baixa renda, “para o autor, o eleitor não é muito conscientizado”.

Outra característica identificada neste processo indicou elementos tradicionais como o clientelismo vinculado ao uso de elementos modernos de técnicas de comunicação e por último a sobreposição da candidatura do político no lugar das coligações e dos partidos. “Os partidos centram as campanhas no candidato e não no partido o que mais uma vez reforça o personalismo” (SINGER, 2000, p.19).

Assim, no ano de 2016, a seleção dos candidatos(as) ocorreu conforme as normas do TRE (Tribunal Regional Eleitoral) que disciplina a capacidade eleitoral ativa (apta a votar) e a passiva (apta a ser votada) pode concorrerem á cargos eletivos, em pleno gozo de seus direitos políticos com título de eleitor e domicílio eleitoral no município, além disso filiados a um partido político há mais de um ano e estejam em dia com suas obrigações eleitorais, possuir idade mínima, para o cargo pretendido, á exemplo para Presidente da Republica e Vice-Presidente 35 anos.

Almeida (2002, p. 02) ao destacar o papel que o marketing político desempenha nas eleições presidenciais, definido como veiculo de massa o “(..) fato é que, no mundo de hoje, tornou-se improvável o sucesso numa eleição apenas por meios puramente políticos, sem contribuição substancial das técnicas de marketing” que segundo ele são técnicas de indução do voto massivo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi realizado no período (Julho/2017 a Agosto/2017). Para se chegar ao resultado estabelecido pelo plano de trabalho do Projeto PIBIC/2017-2018, foi relevante observar, nesse primeiro contato parcial com a temática, a bibliografia sobre o assunto, assim como um primeiro momento com os dados sobre a política partidária e eleitoral no Brasil e particularmente me Marabá-PA, os outros dados serão estudados e contabilizados no decorrer da pesquisa. A relevância da pesquisa é a escassez de estudo dessa natureza no âmbito municipal, com objetivo de não perder à história política local. Assim evidenciando os interesses no processo de seleção de candidatura e contribuindo na construção acadêmica sobre a política partidária e eleitoral da Região através de estudos teóricos e práticos.

REFERÊNCIAS

- BARACHO, José Alfredo de Oliveira. **Teoria Geral dos Partidos**. R. Inter. Legis. Brasília a. 16 n64 outubro/dezembro/1979.
- DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. 2a Edição. Brasília. UNB, 1980.
- LOPES, José Américo do Canto, **Comportamento Eleitoral e a decisão do voto: Um Estudo das Eleições Municipais em Belém – 2012**. Instituto de Pesquisa Acertar, ?, 2012.
- MONTESQUIEU. Charles. **DO Espírito das Leis**. São Paulo. Martin Claret, 2002.
- MOTTA SÁ, Rodrigo Patto. **Introdução á História dos Partidos Políticos Brasileiros** (Brasil Império e 3º República e 4º República e abertura política – 1999).
- NICOLAU, Jairo. **Sistema Eleitoral e Sistema Partidário**. 2a edição. Rio de Janeiro. IUPERJ/RJ, 1997.
- SINGER, André. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994**. São Paulo: EDUSP, 2000
- TSE – **Tribunal Superior Eleitoral**, Brasília, 2010.

TRE – **Tribunal Regional Eleitoral**, Brasília 2009.